

---

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA  
FAZENDA DA COMARCA DE ITAJAÍ – SANTA CATARINA**

## **URGENTE**

### **Pedido necessário para manutenção da vida da Requerente**

**ONESTA VESCOVI**, brasileira, viúva, aposentada, inscrita no CNPF/MF nº 019.661.799-52 e no Registro Geral sob o nº 3.722.864 SSP/SC, domiciliada e residente na Rua Lauro Muller, nº 740, apto 603, Bairro Centro, na cidade de Itajaí/SC, vem, perante Vossa Excelência, por meio de sua advogada que a esta ao final subscreve, propor:

**ACÃO ORDINÁRIA DE FORNECIMENTO DE  
MEDICAMENTO COM PEDIDO DE TUTELA  
ESPECÍFICA IMEDIATA** contra:

**ESTADO DE SANTA CATARINA**, com secretaria Regional na cidade de Itajaí, na Rua Jorge Matos, nº 21, Esquina com a Rua Uruguai, Centro, Fone 47 3348-8800 e

**MUNICIPIO DE ITAJAÍ – SC**, com endereço na Rua Alberto Werner, nº 100, CEP 88300-000, Vila Operária em Itajaí/SC, ambos devendo ser citados através de seus representantes legais, com fulcro nos artigos 196 da Constituição Federal, 153 e seguintes da Constituição do Estado de Santa Catarina, pelos fatos e fundamentos jurídicos que a seguir passa a expor e, ao final, requerer:

---

## 1. **DOS FATOS**

A Requerente é portadora de câncer de pulmão, denominado neoplasia maligna de pulmão (CID: c34.9) **INOPERÁVEL**.

Como tratamento foi realizada radioterapia paliativa, posteriormente 1ª linha de quimioterapia paliativa com esquema de gencitabina e cisplatina por 3 ( três) ciclos. Porém, a autora apresentou intolerância grave à medicação, sendo necessária sua suspensão.

Atualmente a autora encontra-se com **progressão da doença pulmonar**, necessitando urgentemente de 2ª linha de tratamento.

Diante da intolerância da medicação utilizada na primeira linha de tratamento, foi solicitado pela médica que acompanha o tratamento da paciente, Dra. Karine Furlan da Costa, CREMESC 19.453, a **utilização da medicação GEFITINIB 250mg via oral, uma vez por dia, em tempo indeterminado**, recomendado para o sucesso do tratamento da doença da Requerente.

Esta medicação tem o perfil de toxicidade mais favorável para o quadro da paciente, ainda mais por ter apresentado resistência à medicação anteriormente prescrita. E ainda que o atraso do início do tratamento acarretará risco de progressão tumoral, redução da sobrevida e **RISCO DE ÓBITO**.

Encaminhado requerimento para solicitação da medicação, a Diretoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, respondeu à Requerente informando que não seria possível a disponibilização da medicação tendo em vista que o medicamento recomendado não fazia parte do quadro de medicamentos recomendados pelas clínicas do CACON-UNACONS.

---

Ora Excelência, a Requerente está com uma doença mortal e em fase terminal e já fez uso de tudo que era possível para redução dos tumores, sendo que a medicação indicada pela médica que acompanha o tratamento da Requerente tem grandes possibilidades de surtir efeito e salvar a vida da Requerente (docs anexos).

Atualmente a medicação prescrita (GEFITINIB) encontra-se no valor aproximado de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), denota seu alto valor econômico, tendo em vista que seria deveras dispendioso para qualquer pessoa arcar com tal despesa, isso se considerando as demais implicações da doença e as condições financeiras da paciente que é assistida do SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS.

Portanto, considerando-se a dosagem necessária, já indicada anteriormente, e o Rendimento da Requerente como pensionista – aproximadamente R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), não há condições da compra do medicamento necessário.

Através dos documentos apresentados está fartamente comprovada nestes autos a impossibilidade total de aquisição às expensas da Requerente.

Neste caso, para ver socorrido o seu direito a vida, resta como derradeira opção da Requerente buscar a concessão de tutela antecipada, para que os Requeridos lhe forneçam, com **EXTREMA URGÊNCIA**, o medicamento prescrito pela médica que a assiste.

A restituição do direito a vida da Requerente depende de ordem desse MM. Juízo, que obrigue em caráter de urgência os Requeridos a autorizarem o fornecimento do medicamento do qual a Requerente necessita fornecendo mensalmente a quantia de 30 comprimidos de 250mg cada mensais, durante o período que se fizer necessário o uso.

---

Nestes termos, não restou outra alternativa a Requerente senão a propositura da presente, para solicitar a este R. Juízo, o pedido de tutela específica imediata que segue.

## **2. DO DIREITO**

A Constituição Federal, em seu artigo 196, assim preceitua:

**“ A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”**

Por sua vez, a Constituição do Estado de Santa Catarina, em seu artigo 153, II, estabelece que é dever do Estado e direito de todos a “informação sobre o risco da doença e morte, bem como a promoção e recuperação da saúde “; este mesmo diploma legal reza que cabe ao Estado ***“fornecer, de forma gratuita, medicamentos excepcionais para pessoas que não puderem prover as despesas com os referidos medicamentos, sem privar-se dos recursos indispensáveis ao próprio sustento e de sua família.”***

No âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o Estado está obrigado a ***“organizar, controlar e fiscalizar a produção dos insumos farmacêuticos, medicamentos e correlatos, imunobiológicos, odontológicos e químicos essenciais às ações de saúde”***.

De acordo com a jurisprudência, a vida, bem maior, está acima do interesse financeiro e secundário do Estado. Neste sentido:

***“entre proteger a inviolabilidade do direito à vida, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado pela própria Constituição da República (art. 5º, caput), ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, - uma vez configurado esse***

---

***dilema – razões de ordem ético-jurídica impõem ao julgador uma só e possível opção; o respeito indeclinável à vida*** (STF, Ministro Celso Mello).

Abordando matéria semelhante à aqui tratada, o eminente Desembargador Jorge Luiz de Borba, quando do julgamento da Apelação Cível nº 2014.064536-4, deixou consignado no corpo do acórdão:

***“O art. 196 da Constituição Federal estabelece que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".***

***No mesmo sentido, é o teor do art. 2º da Lei n. 8.080/1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes":***

***A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.***

***Destarte, não pode o ente público se esquivar do cumprimento da sua obrigação de "cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência" (art. 23, II, da CF)."***

O direito da Requerente está plenamente comprovado, principalmente por tratar-se de urgência e ser direito como cidadão.

O Município, através de convênio, compõe o Sistema Único de Saúde, face a descentralizações das ações, sendo este responsável pelo atendimento primário das ações de saúde e na política de medicamentos, o Município colabora com a cessão de recursos humanos e estruturais do Estado a fim

---

de atender os munícipes.

Ressalta-se, desde já, que o entendimento do TJSC é da inclusão do município como pólo passivo da demanda, porém, não havendo tempo para discussões acerca da legitimidade passiva de um ou de outro ente, tal responsabilidade é atribuída, originariamente ao Estado, eis que deriva da Constituição Federal e Estadual e da Lei Federal nº 8080/90, restando as demais questões para o mérito da lide.

### **2.1 DA NECESSIDADE DE DEFERIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA:**

A antecipação da tutela é mecanismo para que a prestação jurisdicional chegue a seu destinatário em tempo hábil da medida. No caso vertente, o desenvolvimento vital da Requerente depende de medida urgente visto que depende a alimentação deste, quanto mais tempo demorar-se para a concessão, maiores são os riscos de vida da Requerente.

A tutela tem sempre em vista o futuro, é essencialmente preventiva, pressupõe, no caso em prestação instantânea, tendo em vista a grave situação da doença e o quanto a Requerente está sofrendo.

**A outorga da tutela à Requerente está justificada pelo risco que o mesmo pode correr no caso de impossibilidade do uso do medicamento, pelas circunstâncias atestadas pela médica, que indicam que é necessário e de uso contínuo a administração do produto.**

O que a Requerente busca é uma providencia judicial tendente a impedir que a atual situação se prolongue no tempo, pois, como se sabe, por mais ágeis que sejam os procedimentos ordinários destinados à outorga dessa espécie de tutela preventiva, haverá sempre um razoável intervalo de tempo entre o pedido e a sentença, de modo que é enorme a possibilidade de ocorrer lesão

---

definitiva no curso do processo, o que por si só permite ao juiz conceder a tutela em caráter liminar:

Civil: Dispõe com clareza o art. 273 do Código de Processo

**“Art. 273 - O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:**

**I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou**

**II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.**

**[...]**

**§ 7º Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.”**

## **2.2 DO FUMUS BONI JURIS E DO PERICULUM IN MORA:**

Diante de todo o já explanado, desnecessárias maiores considerações sobre o caso, à luz dos ensinamentos doutrinários e decisões firmadas pelos Tribunais pátrios expostos no caso em exame.

A própria demora na tramitação dos processos principais, característica da realidade atual é sinônimo do *periculum in mora* que se traduz na urgência da prestação jurisdicional e, *fumus boni juris* que consistentemente plausibilidade do direito alegado, apresenta-se plausível na medida em que demonstrada na fase administrativa pelas negativas, e atitudes procrastinatórias, e agora na fase judicial, certamente utilizarão os Requeridos de incidentes, medidas e recursos, cujo lapso temporal poderá levar à ineficiência da medida para a Requerente, eximindo-se os Requeridos de cumprir com o direito que lhe é devido.

---

O *fumus boni juris* no caso em tela está evidenciado pelos laudos e declarações médicas que junta, tendo a Requerente direito a saúde, assegurado pela Constituição Federal.

O *periculum in mora* é mera consequência. **Cada dia que se passa, maior é o risco de vida da Requerente. A demonstração que se traduz na urgência da prestação, está na possibilidade de ter uma vida digna e saudável. Segundo relatos médicos, a Requerente não tem outra opção senão o uso do medicamento!**

A existência do *fumus boni juris* autorizador da concessão da tutela antecipatória liminar e o *periculum in mora* estão cristalinamente evidenciados.

### **3. REQUERIMENTOS**

#### ***EX POSITIS,***

É a presente para, respeitosamente, requerer digne-se Vossa Excelência a receber a presente com os documentos que a instruem, determinando sua autuação e registro, e, após as providências de praxe, determine:

- a) A **CONCESSÃO LIMINAR DA TUTELA ANTECIPADA**, *inaudita altera pars*, **PARA DETERMINAR QUE OS REQUERIDOS FORNEÇAM IMEDIATAMENTE A MEDIÇÃO NECESSÁRIA – GEFETINIB- SENDO 30 (TRINTA) COMPRIMIDOS DE 250 MG AO MÊS, durante todo o período que se fizer necessário o tratamento**, como medida de urgência, ante a necessidade de tratamento da Requerente e pela infundada recusa dos Requeridos quando presentes estão o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*, sob pena de pagamento de multa diária a ser fixada por este MM. Juízo, em valor capaz de inibir condutas desonrosas e desrespeitosas como a que ora se apresenta;



- 
- b) Após cumprida a tutela, digne-se mandar citar os Requeridos, POR CARTA, VIA CORREIOS, COM AVISO DE RECEBIMENTO, para que apresente defesa, querendo, presente, no prazo e sob as penas de revelia;
  - c) sejam, ao final, julgados totalmente procedentes os pedidos aqui formulados, para o fim de confirmar em definitivo a Tutela Liminar inicialmente deferida e condenar os Requeridos ao pagamento/fornecimento de todo o tratamento a que a Requerente necessitar;
  - d) autorizar a Requerente a produzir todos os meios de provas em direito admitidas, tais como, depoimento pessoal do representante dos Requeridos, sob pena de confissão, oitiva de testemunhas, juntada e requisição de novos documentos, perícias, inspeções, entre outras, ficando todas, desde já, expressamente requeridas para os fins de direito;
  - e) sejam os Requeridos condenados nas cominações decorrentes da sucumbência, tais como, honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, custas processuais e demais cominações de estilo;
  - f) Requer-se, finalmente, a concessão a Requerente do benefício de justiça, tendo em vista sua impossibilidade financeira e por não dispor de meios de arcar com as despesas processuais momentâneas, enquadrando-se, assim com o disposto na Lei 1060/50 e na Lei Estadual Complementar nº 155/97.

Dá-se a presente causa o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Itajaí/SC, 21 de novembro de 2014.

**ERIKA EVANGELISTA DANTAS**  
**OAB/SC 40.249B**

---

## **ROL DE DOCUMENTOS**

**Anexo I** - Procuração

**Anexo II** – Documentos Pessoais

**Anexo III** – Comprovante de Renda

**Anexo IV** – Declaração Médica

**Anexo V** – Cópia dos Exames

**Anexo VI** – Orçamento dos Medicamentos Pleiteados